



Revista de Contabilidade e Organizações

ISSN: 1982-6486

rco@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

de Almeida, Mário Sérgio; Bertucci, Luiz Alberto; de Souza Francisco, Jose Roberto; Fernandes
Amaral, Hudson

INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL NA ESTRUTURA ECONÔMICA DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS BRASILEIRAS E SEUS REFLEXOS NO ÍNDICE DE
BASILÉIA: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA

Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6, núm. 16, septiembre-diciembre, 2012, pp. 73-94

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235224916006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL NA ESTRUTURA ECONÔMICA
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS BRASILEIRAS E SEUS RE-
FLEXOS NO ÍNDICE DE BASILÉIA: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA**

***INFLUENCE OF THE GLOBAL FINANCIAL CRISIS IN ECONOMIC STRUCTURE
OF THE BRAZILIAN BANKING FINANCIAL INSTITUTIONS AND THEIR REFLEC-
TIONS IN BASEL INDEX: A COMPARATIVE APPROACH***

**Mário Sérgio de Almeida^a; Luiz Alberto Bertucci^b;
Jose Roberto de Souza Francisco^c; Hudson Fernandes Amaral^d**

^a Mestrando em Administração com ênfase em Economia, Mercados e Gestão de Negócios (UFLA)
MBA em Controladoria e Finanças (2010); E-mail: mario_s_a@yahoo.com.br

^b Doutor em Administração de Empresas (FGV)
Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais; E-mail: bertucci@face.ufmg.br

^c Doutorando em Administração de Empresas, Linha de Pesquisa Finanças, CEPEAD/UFMG
Professor Efetivo do Departamento de Ciências Administrativas e Ciências Contábeis da UFSJ; E-mail: j.roberto@ufs.edu.br

^d Doutor em Sciences de Gestion - Université Pierre Mendès France - ESA - Grenoble II - França
Professor Titular do CEPEAD/CAD/FACE - UFMG; E-mail: hfamaral@face.ufmg.br

Resumo

Em meio a Crise de Crédito que atingiu instituições financeiras de vários países, entre 2008 e 2009, este trabalho pretende analisar seus efeitos para os maiores bancos brasileiros, realizando um estudo para compreender quais aspectos estão envolvidos. E ainda, faz um levantamento do índice de Basiléia do primeiro trimestre de 2006 até o último trimestre de 2009, para avaliar o impacto no índice e na variação no Balanço Patrimonial que mais contribuiu para as modificações no índice. Tem como questão problema: qual o impacto causado pela crise de crédito nos resultados dos balanços das instituições financeiras, tendo como análise as modificações no índice de Basiléia? Tem como objetivo Identificar os reflexos do agravamento da crise financeira mundial no índice de Basiléia II das Instituições Financeiras. Percebeu-se uma grande influência do Risco de Crédito na composição dos Riscos das Instituições Financeiras Nacionais. Risco este intensificado após o impacto da crise, fato justificável diante da dificuldade na obtenção de crédito externo.

Palavras-chave: *Instituições Financeiras, Índice de Basiléia, Crise Financeira.*

Abstract

Amid Credit Crisis that hit financial institutions in several countries between 2008 and 2009, this study aims to examine their effects on the largest Brazilian banks, conducting a study to understand what aspects are involved. And yet, do a survey of the BIS ratio of the first quarter of 2006 until the last quarter of 2011 to assess the impact on the content and variation in the Balance Sheet which contributed to the changes in the index. Its main issue: what is the impact of the credit crisis on the results of the balance sheets of financial institutions, and examining how changes in the BIS ratio? Aims to identify the consequences of the worsening global financial crisis in the index of Basel II on Financial Institutions. It was felt a great influence of Credit Risk in the composition of the Risk of Domestic financial institutions. Risk that intensified after the impact of the crisis, indeed justifiable given the difficulty in obtaining external credit.

Keywords: *Financial Institutions, Index Basel, Financial Crisis.*

1. INTRODUÇÃO

O cenário configurado para atuação das Instituições Financeiras Brasileiras tem sofrido drásticas mudanças, principalmente nos últimos quinze anos. Modificações internas e sistêmicas que transformam completamente seu relacionamento com os mercados. Entre estas modificações pode-se relacionar a criação do Plano Real, o aumento da Estabilidade da Economia, intensificação da Abertura de Mercado e Globalização, adequação às regulamentações internacionalmente aceitas tais como as modificações recentes das normas contábeis de empresas de capital aberto e a adesão ao Acordo de Basiléia em 1994.

Sendo assim, diante da grande competitividade dos mercados as instituições buscam até como diferencial a adequação às normas mais relevantes, como forma de agregar valor e credibilidade aos resultados apresentados a seus investidores, atuais e potenciais, dessa forma tornando sua marca mais forte. Outro aspecto influente na configuração deste cenário é a internacionalização dos mercados e sistemas. O Sistema Financeiro Nacional está completamente inserido no conjunto formado pelos sistemas financeiros dos outros países. Este envolvimento não é normativo, apesar da adesão às normas do Acordo de Basiléia, desenvolvido pelos países do G-10, o envolvimento pode ser observado nas dependências criadas pelos fluxos de capitais, especificamente na obtenção e cessão de créditos em outros países.

Estando assim bastante integrados, e não somente os sistemas financeiros, como também os mercados de capitais, mercados de consumo, entre tantos outros, é que as dificuldades atravessadas em algum ponto do globo podem se espalhar causando impactos a este “sistema mundial”. Como observado em CARVALHO (2005), quando considera a possibilidade contágio de problemas oriundos do sistema financeiro para a economia como um todo. Exatamente o que aconteceu com a “Crise do Subprime” que afetou com maior pujança as instituições financeiras, norte-americanas e européias, que se envolveram diretamente com estes títulos, o que afetou o oferecimento internacional de créditos, e acabou criando reflexos em diversos países, inclusive o Brasil. Desta mesma forma GITMAN (2004) traz uma definição de risco relacionada aos ativos das organizações ao afirmar “risco é a chance de perda financeira. Ativos com chances maiores de perda são vistos como mais arriscados do que aqueles com chances de menores perdas.” É neste cenário de turbulência que se pretende analisar as variações do Índice de Basiléia, que representam o grau de solvência das instituições financeiras, do primeiro trimestre de 2006 até o último trimestre de 2011. Ressalta-se que no contexto da pesquisa foram observadas as instituições financeiras em três recortes de tempo, a saber: período antes da crise (2006-2007), período durante a crise (2008-2009) e período depois da crise (2010-2011).

Este trabalho tem como questão problema: qual o impacto causado pela crise de crédito nos resultados dos balanços das instituições financeiras, tendo como análise as modificações no índice de Basiléia?; e também quais as conseqüências que a crise financeira provocou no sistema financeiro nacional?

Tem como objetivo geral Identificar os reflexos do agravamento da crise financeira mundial no índice de Basiléia II das Instituições Financeiras Brasileiras. Como objetivos específicos Avaliar as diferenças entre PR (Patrimônio de Referência) e PLE (Patrimônio Líquido Exigido) com base no cálculo do índice de Basiléia II; Analisar as variações entre os Índices de Basiléia II coletados de bancos nacionais, fazendo um paralelo entre os dados observados e as alterações da conjuntura do mercado financeiro entre 2006 e 2011 e por fim descobrir as conseqüências no Índice de Basiléia II das modificações dos Grupos Patrimoniais das Instituições Financeiras Brasileiras decorrentes das alterações do mercado financeiro.

2. ASPECTOS E REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional foi instituído com a criação do Banco do Brasil em 1810, quando a Família Real Portuguesa chegou no Brasil. Em sua evolução outras instituições foram criadas tais como as Caixas Econômicas, a Inspeção Geral dos Bancos, e a Câmara de Compensação. O Sistema Financeiro Nacional começou a tomar a configuração atual a partir de 31 de Dezembro de 1964, com a publicação da Lei nº 4.595, que criou o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central da República do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Neste sentido, a regulação desde emaranhado de instituições é realizada pelo órgão deliberativo que é o Conselho Monetário Nacional, e pelos órgãos de regulação e fiscalização que estão diretamente subordinados a ele. Estes são o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados e a Secretaria da Previdência Complementar. Conforme ASSAF NETO (2008) A indústria bancária vive hoje profundo processo de adequação a uma nova realidade de mercado, determinado principalmente pela globalização da economia, surgimento de novos modelos de avaliação de risco e operações financeiras mais sofisticadas. Em particular, no Brasil, o sistema bancário convive com a abertura de mercado e a estabilização da economia.

A Lei nº 4728 de 1965 definiu que o Mercado de Capitais seria disciplinado pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil. A publicação da Resolução nº 2099 de 17/08/1994 pelo Banco Central permitiu que os Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos, Bancos de Desenvolvimento, Sociedades de Crédito Imobiliário e Sociedades de Crédito, Financiamento se organizassem opcionalmente em uma única Instituição Financeira, criando a figura dos Bancos Múltiplos.

2.2 A Crise Financeira 2008-2009

Atualmente a economia mundial atravessa um momento de recuperação de uma grave crise financeira que afetou diversos mercados entre 2008 e 2009, e que agora, percebem-se alguns sinais de recuperação em diversos países. O estopim para tal crise é atribuído à crise do subprime, uma modalidade de empréstimos de segunda linha.

O grande problema desta modalidade era o oferecimento de crédito a pessoas com histórico de pagamentos ruim ou desconhecido. Como o mercado imobiliário estava muito aquecido até o início de 2006, as baixas taxas de juros estavam atraindo a atenção das pessoas. Com o aquecimento do mercado, era possível conseguir grandes rendimentos vendendo suas propriedades extremamente valorizadas. Neste contexto, os bancos cederam inúmeros empréstimos hipotecários, que eram posteriormente saldados, já que os emprestadores negociavam o imóvel e conseguiam mais recursos para pagar a hipoteca e reinvestir em novos imóveis.

Portanto, a principal causa da crise foi o resultado desta cessão incomensurável de empréstimos a credores sem muitas condições de pagamento, somados a ação de agentes financeiros que recorreram a inovações financeiras para securitizar (processo que converte uma carteira de títulos relativamente homogênea de ativos em títulos mobiliários passíveis para

negociação) os títulos destes empréstimos, dando-lhes a classificação de títulos AAA (concedida somente para os títulos de melhor qualidade) .

BITTER (2008) apresenta uma razão para tal classificação:

The suspicion that the rating agencies don't know more than the rest of the market and at times may know less than the markets about the products they are rating, is confirmed by the revelation earlier in May 2008, that a model used by Moody's, starting in September 2006, to rate Constant Proportion Debt Obligations (CPDO) contained a bug (a computer code error) which resulted in excessive ratings for some CPDO issues. Without the bug, some issues rated Triple-A could have been rated up to four notches lower. Moody's became aware of the error early in 2007, but the PDO issues affected were not downgraded until 2008. Standard and Poor's also rated some of the early CPDO issues triple A. Fitch never did.

O Gráfico 1 apresenta o grande percentual de títulos subprime que estavam securitizados quando a bolha imobiliária ainda apresentava um movimento de crescimento.

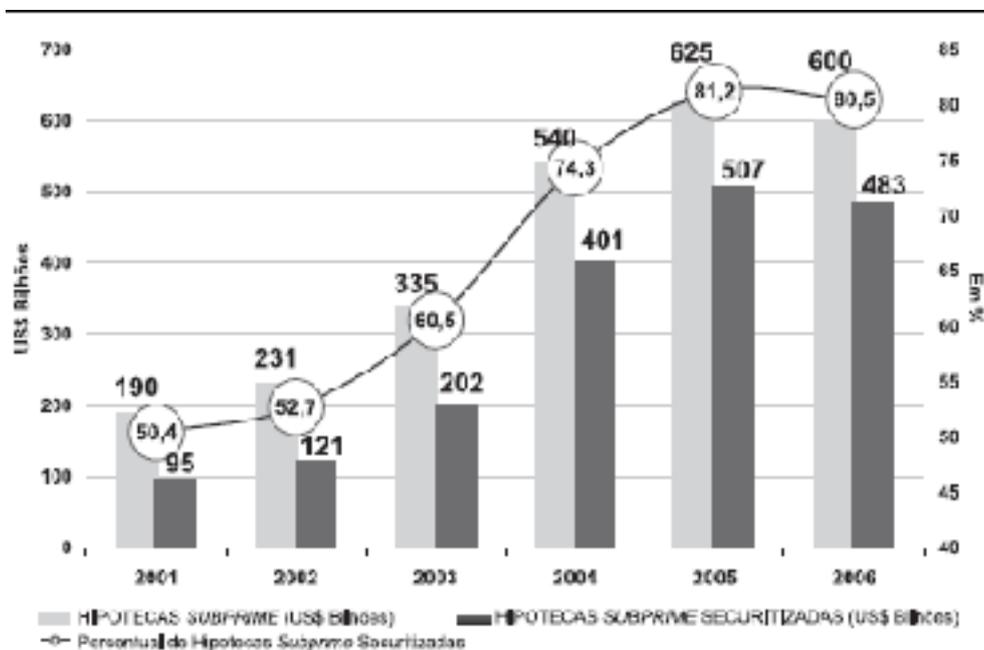


Gráfico 1: Evolução do Percentual de Hipotecas Subprime Securitizadas (2001-2006)

Fonte: Júnior e Filho, 2008

Tal classificação acabou atraindo muitos investimentos para estes títulos que não representariam tal status de credibilidade. Estes títulos começaram a perder valor com o desaquecimento do setor imobiliário Norte Americano quando houve clara retração nos gastos com construção residencial, fato que evidencia o início da crise no setor imobiliário norte americano.

2.3 Acordo de Basileia 1988 - Comitê de Supervisão Bancária da Basileia

O Comitê realizou sua primeira reunião em fevereiro de 1975, sendo que desde 1981 os resultados das reuniões passaram a ser publicados anualmente por meio de relatórios sobre os

avanços ocorridos na supervisão bancária. Desde sua criação o Comitê foi constituído como um fórum para discussão de práticas para o aperfeiçoamento das técnicas de supervisão bancária.

As turbulências vivenciadas no sistema financeiro e nos mercados em geral são uma constante na história, considerando que tais fatores sempre estão presentes, contudo com uma intensidade variável. Neste sentido, objetivando o fortalecimento da solidez dos sistemas financeiros foi criado o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

Nos últimos anos, o Comitê tem tomado posturas mais agressivas para promover padrões de supervisão mundiais. Com estreita colaboração de muitas jurisdições que não são membros do comitê, foi elaborado em 1997 um trabalho conhecido como “Core Principles for Effective Banking Supervision”, que prevê um plano de projeto compreendido para um sistema de supervisão efetivo. Para facilitar a implementação e acesso, o Comitê desenvolveu em 1999 o “Core Principles Methodology”, que foram revisados em 2006.

Segundo FURTADO (2005) “Os Core Principles ou princípios básicos são 25, traduzindo-se em princípios universalmente aceitos e utilizados por todas as entidades de supervisão bancária a nível internacional na definição de suas normas e regras prudenciais.”

Estes 25 princípios são essenciais para uma supervisão bancária eficaz, estando divididos em: Precondições para uma supervisão bancária Eficaz (Princípio 1); Autorizações e Estrutura (Princípios 2 a 5); Regulamentos e requisitos prudenciais (Princípios 6 a 15); Métodos de Supervisão Bancária Contínua (Princípios 16 a 20); Requisitos de Informação (Princípio 21); Poderes formais dos Supervisores (Princípio 22); e Atividades Bancárias Internacionais (Princípios 23 a 25), conforme BCBS (1997).

Desde então, a taxa aplicada à razão entre Capital e Ativos Ponderados pelo Risco foi definida em 11%. Seguindo assim o raciocínio de que quanto maior era o requerimento, menor seria a capacidade de alavancagem dando maior segurança ao sistema financeiro como em BERTUCCI (2004), sendo então taxa maior do que a definida pelo Comitê que corresponde a 8%.

2.4 O Novo Acordo de Basileia - A Revisão do Acordo de Basileia

A criação do Segundo Acordo de Basileia em 2004, conhecido por Basileia II, envolveu além do reconhecimento dos aspectos positivos existentes no primeiro acordo, a consideração de algumas das críticas atribuídas às metodologias apresentadas anteriormente. Antes da edição do segundo acordo, foi publicado um adendo ao primeiro acordo em 1996. Já em 1999 uma série de propostas para reedição do acordo foi enviada para os países membros, tais propostas também foram enviadas a autoridades supervisoras de outros países.

O Comitê ainda realizou consultas relacionadas a estas propostas em 2001 e 2003 e ainda as submeteu a estudos de impacto, com o resultado destes esforços conseguiu realizar muitas melhorias nas propostas originais.

Segundo o Comitê da Basileia (BCBS, 2004) o objetivo fundamental da revisão do Acordo de 1988 foi desenvolver uma estrutura que iria fortalecer, ainda mais, a segurança e estabilidade do sistema bancário internacional, enquanto mantém consistência suficiente e que a adequação da regulação de capital não será uma fonte significativa de desigualdade competitiva entre bancos internacionalmente ativos.

Um dos aspectos que serviu de estímulo para a revisão observado em FREITAS e

PRATES (2003) é que: “O comportamento míope e negligente dos bancos internacionais no ciclo de endividamento que precedeu a crise financeira do sudeste asiático (anos 90) foi um dos fatores que estimulou a formulação de uma nova regra de adequação de capital mínimo pelo Comitê de Supervisão Bancária do BIS.”

Os requerimentos mínimos foram mantidos, contudo, mais complexos e flexíveis e mais sensíveis aos riscos efetivamente incorridos. A nova estrutura inclui todas as filiais e membros que faz parte de um grupo, garantindo que todos os riscos assumidos por determinado grupo sejam considerados em suas bases consolidadas. Apesar deste fato cada banco individualmente deve estar suficientemente capitalizado em bases isoladas.

PEREIRA (2006), afirma que a evolução do acordo foi percebida pelos benefícios trazidas ao nível da eficiência e da rentabilidade para o acionista pelas novas metodologias, inclusive as mudanças na contabilidade bancária.

Entretanto, a criação de um modelo que seja à prova de riscos, como observado em KASHYAP, RAJAN e STEIN (2008):

In recent months, a variety of policy measures have been proposed that are motivated by specific aspects of the current crisis. For example, there have been calls to impose new regulations on the rating agencies, given the large role generally attributed to their perceived failures

2.5 Importância da Revisão da Supervisão

O objetivo do processo de revisão dos supervisores vai além da suficiência de capital bancário, é essencial que o processo estimule os bancos a desenvolver e utilizar melhor as técnicas de gestão de risco no monitoramento e controle dos riscos de seus negócios.

NIYAMA (2006) dá méritos ao Acordo de Basiléia por ter “estabelecido um vínculo direto entre o patrimônio da instituição e os riscos contidos na carteira de operações ativas.” Neste processo de revisão dos supervisores é esperado que se crie uma interação promovendo diálogo entre os supervisores e os bancos, para que possam avaliar quão bem as necessidades de capital dos bancos estão sendo geridas. Desta forma, quando deficiências são identificadas, uma ação decisiva pode ser tomada para reduzir o risco ou realinhar os níveis de capital.

Para ONO, (2002):

O fortalecimento da administração de risco, a aplicação de limites internos e a melhoria nos controles internos são elementos que escapam ao primeiro pilar no campo do gerenciamento de riscos. Assim demonstra-se mais eficaz na cobertura do risco de taxas de juros e demais riscos, como os decorrentes de efeitos do ciclo de negócios.

2.6 Determinação do Índice de Basiléia

Após o entendimento da estrutura conceitual do Novo Acordo, fica mais fácil a compreensão da determinação do Índice de Basiléia. O Cálculo do Índice de Basiléia envolve a utilização de duas variáveis distintas e ainda um fator “f” constante determinado pelo supervisor bancário.

As variáveis são o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados pelo Risco. Através das medições de risco é que será definido o Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco. O Patrimônio de Referência da instituição é aquele formado pelo capital sujeito a regulação bancária e que irá compor a primeira variável envolvida no cálculo do índice de Basileia.

No acordo de Basileia o Capital foi dividido em três Níveis, sendo que os Níveis I e II existem desde a publicação do primeiro acordo e o Nível III foi criado na publicação de Amendment to the Capital Accord to Incorporate Market Risks, em Janeiro de 1996, revisada em Novembro de 2005. No Brasil o Patrimônio de Referência foi definido na Resolução 3.444 do Banco Central em fevereiro de 2007.

Segundo esta Resolução, o Patrimônio de Referência é utilizado para fins da verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempresário, consiste no somatório do Nível I e do Nível II. Os dados obtidos para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) encontram-se divididos por tipo de risco, o que permitirá um melhor entendimento da composição das exigências mínimas de capital. Assim sendo, o índice de Basileia será conhecido através da aplicação da seguinte fórmula:

$$(PR \times 100) / (PRE / \text{Fator } f)$$

Em que:

- PR = Valor determinado para o Patrimônio de Referência Somados os Níveis de Capital I e II
- PRE: Patrimônio de Referência Exigido, determinado pela ponderação de Risco dos Ativos da Instituição
- Fator “f”: Determinado pelo Acordo de Basileia II em 8%, contudo, no Brasil utiliza-se um fator de 11%, aspecto que aumenta o grau de solvência das Instituições.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A Pesquisa será teórica, descritiva e quantitativa coletadas através de análise documental. Realizada através de levantamento bibliográfico e das normas pertinentes ao tema. Através da comparação dos pronunciamentos oficiais do Comitê de Basileia, das Normas do CMN e BACEN, poderão ser analisados os requisitos aos quais os bancos que operam no Brasil estão sujeitos. Tais Informações serão extraídas dos relatórios contábeis dos mesmos. Os dados utilizados serão coletados diretamente dos sites dos respectivos bancos, bem como do Banco Central do Brasil.

Para desenvolvimento do trabalho foi realizada uma pesquisa para determinação de uma amostra que contivesse os dez maiores bancos brasileiros, definidos pelo quesito Ativo Total. Acreditando conseguir dessa forma uma abrangência do período de maior colapso da crise vinda do exterior, principalmente dos Estados Unidos.

Posteriormente, foi realizada uma nova seleção de grupo para que se pudesse pesquisar de forma mais aprofundada, os itens componentes do Índice de Basileia. Desta forma definiu-se uma nova amostra composta por três bancos. Sabendo da constante troca de algumas posições na lista editada pelo Banco Central a cada trimestre com os cinquenta maiores bancos do Brasil. Assim foram selecionados os bancos Itaú, Banco do Brasil e Bradesco. Portanto, foram

coletadas as notas explicativas às demonstrações financeiras trimestrais de cada um destes três bancos, totalizando vinte e quatro demonstrações para cada instituição e setenta e duas para análise desta pesquisa.

Finalmente, os dados foram analisados através da comparação entre a as variações do Patrimônio de Referência e do PRE, verificando seus impactos no Índice de Basileia. E ainda, foi observado quais itens foram mais importantes na elevação do risco das instituições. Além disso, baseando-se na amostra de dez instituições, as variações no índice de Basileia foram comparadas, buscando a existência de padrões nos interstícios dos pontos de máximo e mínimo, e um gráfico para a média dos índices no período foi elaborado. Os impactos da crise foram avaliados qualitativamente no período observado, relacionando danos nas instituições bancárias financeiras brasileiras.

4. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Destes demonstrativos foram extraídos os componentes do Patrimônio de Referência, relacionados nos dois níveis de capital (I e II) e a composição final dos Ativos Ponderados pelo Risco. De posse destas informações foi possível determinar valores para o índice de Basileia para cada um dos vinte e quatro trimestres estudados.

Os dados obtidos para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) encontram-se divididos por tipo de risco, o que permitirá um melhor entendimento da composição das exigências mínimas de capital apresentadas por cada uma das instituições.

Estes dois componentes estão apresentados em função da razão de cada um deles para o PR, mostrando então a grande importância de cada um para composição do mesmo, sendo:

- $PL/PR =$ Razão entre o Patrimônio Líquido e o Patrimônio de Referência (%)
- $DS/PR =$ Razão entre as Dívidas Subordinadas e o Patrimônio de Referência (%)

Em Relação ao Patrimônio Líquido Exigido para as três instituições uma semelhança é flagrante, o componente principal do risco são as operações de crédito para todas as instituições. Em todos os dados observados entre os três tipos de risco inseridos em Basileia II o Risco de Crédito representou sempre mais de 85% dos Ativos Ponderados das Instituições. Para GORZIZA (2007), o risco de crédito “representa a possibilidade da perda pelo não pagamento de algum tipo de dívida que a contraparte tenha assumido com a instituição financeira”.

O Patrimônio Líquido, de acordo com o plano de contas do COSIF, é representado pelo grupo 6. Sendo composto principalmente pelo Capital Social, Aumentos e Reduções de Capital, Cotas de Investimento, Reservas, Ações em Tesouraria, Lucros ou Prejuízos. Já as Dívidas Subordinadas, apresentam-se no mesmo elenco de contas, inseridas no grupo 4.9 relacionado com Outras Obrigações, que fazem parte do Circulante e Exigível em Longo Prazo. As Dívidas Subordinadas elegíveis a Capital estão organizadas no padrão do COSIF de acordo com o seu período de vencimento, desde um período inferior a 1 ano até um período superior a 5 anos.

Na observação destas variações é interessante perceber para esta amostra de três

instituições a formação do Patrimônio de Referência (PR), pois conforme apresentado o Patrimônio de Referência é composto pela soma dos Capitais de Nível I e II. Sobre a composição deste foi desenvolvida a Tabela 1:

Tabela 1: Comparação entre o Patrimônio Líquido, Patrimônio de Referência e Dívidas Subordinadas

	Itaú			Banco do Brasil			Bradesco		
	PL/PR	DS/PR	Soma	PL/PR	DS/PR	Soma	PL/PR	DS/PR	Soma
1T06	82	13	95	51	46	97	70	30	100
2T06	77	13	90	67	29	96	69	31	100
3T06	76	10	86	64	29	93	68	32	100
4T06	77	8	85	66	29	95	70	30	100
1T07	75	21	96	63	29	92	73	27	100
2T07	76	20	96	69	30	99	73	27	100
3T07	77	19	96	67	30	97	74	26	100
4T07	78	19	97	69	29	98	72	28	100
1T08	77	20	97	64	29	93	75	25	100
2T08	77	21	98	78	32	110	77	23	100
3T08	77	20	97	77	31	108	75	25	100
4T08	65	23	88	68	27	95	72	28	100
1T09	67	22	89	65	30	95	74	26	100
2T09	72	19	91	65	29	94	74	26	100
3T09	73	19	92	64	29	93	72	28	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

Na Tabela 1 estão relacionados os dois principais componentes do Patrimônio de Referência, durante o período da pesquisa, para os três maiores bancos brasileiros. Sendo o fator mais determinante para o PR, o próprio Patrimônio Líquido da instituição, observado sempre como mais da metade do PR. Em segundo lugar, para todas as instituições analisadas, as Dívidas Subordinadas foi o grupo mais representativo.

Observa-se nos Gráficos 2, 3 e 4 a evolução para os vinte e quatro trimestres do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), bem como as variações dos valores do Índice de Basileia II (iB II).

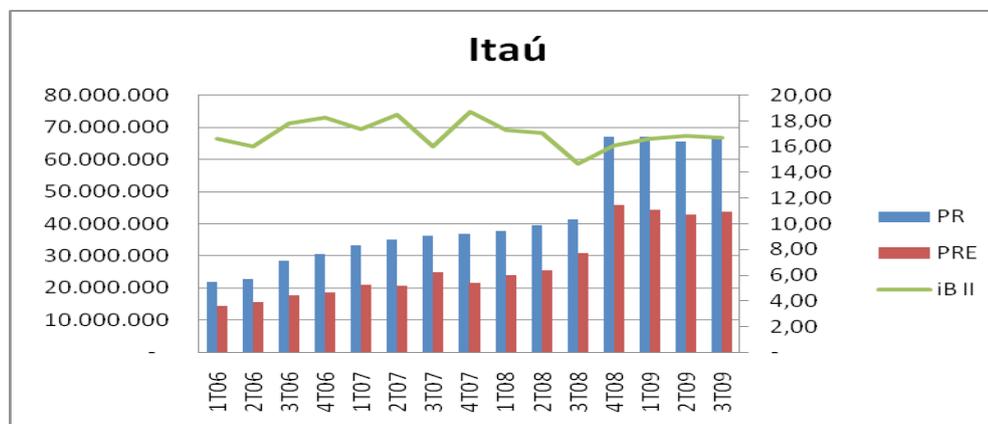


Gráfico 2: Variações no Índice de Basileia - Itaú

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

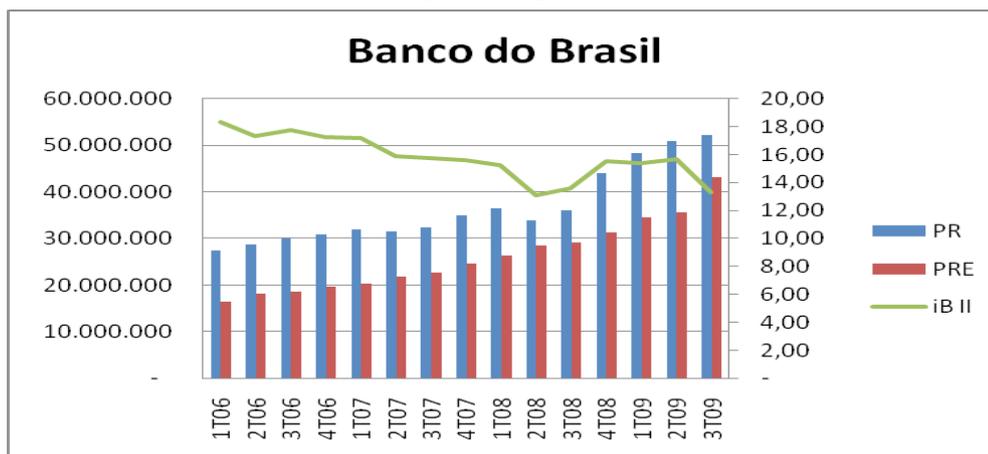


Gráfico 3: Variações no Índice de Basileia – Banco do Brasil
Fonte :Dados da Pesquisa, 2012

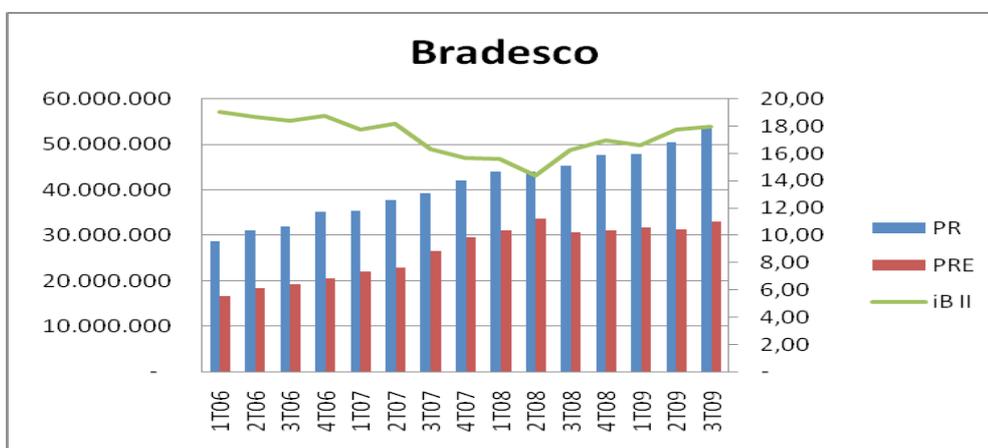


Gráfico 4: Variações do Índice de Basileia – Bradesco
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

Neste sentido, e colocando-se a evolução do índice sobre os valores observados para PR e PRE pode-se reafirmar a inferência da elevação do Patrimônio de Referência como resposta a uma diminuição dos valores do índice de Basileia. Coincidentemente observa-se que em 2008, foram observados os piores valores do índice de Basileia para as três instituições, e ainda que após esta marca o processo de elevação do Patrimônio de Referência foi intensificado em todas elas.

TAVARES (2004) comenta sobre o risco de crédito:

A medição de risco de crédito e a avaliação do capital econômico não são dados que constam das demonstrações contábeis, mesmo porque representam perdas potenciais. No entanto, podem ocorrer e representam alterações na estrutura patrimonial de uma instituição financeira. Conseqüentemente, são informações importantes para o processo decisório, e para o usuário - interno e externo, da informação contábil.

Desta forma, a evidenciação destas informações se apresenta de forma a tranquilizar os usuários externos, revelando maior transparência por parte da instituição quanto às suas perspectivas de inadimplência.

No período selecionado para pesquisa, as demonstrações do Banco do Brasil apresentam a maior parcela do Risco de Crédito direcionada para Operações de Crédito. É importante observar que nas Notas Explicativas do Banco do Brasil este foi o principal responsável pela determinação dos valores do Risco de Crédito entre o Primeiro Trimestre de 2006 até o Segundo

Trimestre de 2008.

No Terceiro Trimestre de 2008, seguindo as determinações da Resolução 3.490/2007 as parcelas de exigência de capital foram modificadas não apresentando mais notas sobre os limites operacionais. A partir deste ponto, somente foi possível constatar a maior relevância do crédito na ponderação de ativos para risco.

Como as três instituições apresentaram resultados análogos, pode-se afirmar que as contas inseridas no grupo de operações de crédito, principalmente empréstimos e financiamentos, são as que mais interferem para aumento dos requisitos mínimos de capital. Devido a esta supremacia na formação do risco e nos volumes de crédito, é que correspondem em alguns casos em mais de 75% do total dos riscos das Instituições quando comparado aos Riscos de Mercado e Operacional.

Fazendo uma análise dos seis anos percebe-se um declínio no índice de Basileia para as três instituições entre 2006 e 2007, no período anterior a crise. Uma relativa queda entre 2008 e 2009, quando foram registrados os piores resultados analisados, especificamente para estas instituições, entre abril e agosto de 2008. Sendo que esta queda foi respondida com uma elevação do Patrimônio de Referência bem superior aos níveis do Patrimônio de Referência Exigido. Posteriormente ao período de queda, analisando a partir de 2010 até o término de 2011, percebe-se uma manutenção do nível do índice para as três instituições em aproximadamente 16, cerca de 50% acima do exigido. Observa-se também a elevação gradual do Patrimônio de Referência exigido, como forma de afastamento de outros problemas decorrentes da crise, e um crescimento mais que proporcional no Patrimônio de Referência das Instituições.

4.1 Análise das Variações do Índice de Basileia II

Para desenvolvimento desta análise foi realizado levantamento para determinação de uma amostra que contivesse os dez maiores bancos brasileiros, tendo como referência o quesito Ativo Total. Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Comparação do Ativo Total e Resultado da Intermediação Financeira

Banco	Ativo	Resultado Intermediação Financeira
Itaú	605.152.500	6.115.539
Banco do Brasil	577.192.242	3.225.744
Bradesco	426.564.326	4.002.476
Santander	338.479.637	2.715.479
Caixa Econ. Federal	312.505.277	2.918.730
HSBC	104.813.243	1.155.688
Votorantim	84.631.321	774.777
Safra	66.325.831	295.875
Citibank	47.870.642	625.533
Banrisul	21.371.483	534.410

Fonte: BACEN, 2010

Esta amostra teve como base os valores definidos para o índice de Basileia no período compreendido entre o Primeiro Trimestre de 2006 e o Quarto Trimestre de 2011, acreditando

conseguir dessa forma uma abrangência do período de maior colapso da crise vinda do exterior, principalmente dos Estados Unidos. Englobando assim um período pré (2006-2007), durante (2008-2009) e pós-crise (2010-2011). Os dados apresentados referem-se ao período de vinte e quatro trimestres proposto para análise deste trabalho envolvendo os dez maiores bancos brasileiros, conforme disposto na Tabela 3.

Tabela 3: Índice de Basileia II

	Itaú	Banco do Brasil	Bradesco	Santander	CEF	HSBC	Votorantim	Safra	Citibank	Banrisul
1T06	16,66	18,23	19,04	13,24	29,23	14,32	17,64	12,44	11,73	19,14
2T06	16,06	17,28	18,67	13,61	25,72	13,96	15,72	12,51	14,21	18,88
3T06	17,87	17,69	18,37	15,57	26,24	13,34	17,32	12,15	14,75	20,68
4T06	18,30	17,25	18,76	15,37	25,29	14,23	16,08	12,44	12,87	20,16
1T07	17,41	17,13	17,76	14,93	24,49	13,69	16,04	11,99	15,38	21,27
2T07	18,51	15,84	18,17	16,32	33,36	13,15	15,34	12,41	13,74	21,12
3T07	16,05	15,69	16,25	15,80	29,47	12,13	13,98	13,04	15,50	28,19
4T07	18,74	15,58	15,65	14,42	28,88	13,40	15,18	12,58	14,52	26,04
1T08	17,33	15,26	15,55	13,32	29,96	13,30	15,60	13,70	11,86	24,23
2T08	17,07	13,08	14,35	13,57	22,36	13,11	14,12	11,88	13,17	22,24
3T08	14,69	13,57	16,21	21,68	19,09	12,12	13,58	12,11	16,82	17,68
4T08	16,13	15,55	16,93	22,88	20,63	12,30	13,51	14,68	16,18	20,09
1T09	16,63	15,40	16,58	25,30	19,94	13,26	13,15	16,91	15,38	18,51
2T09	16,89	15,71	17,75	25,85	18,80	13,81	12,42	16,69	16,78	18,43
3T09	16,73	13,29	17,92	28,27	16,08	13,55	11,84	16,32	15,06	18,03

Fonte: BACEN, 2012

Observando os dados para os três maiores bancos considerados no trabalho percebe-se que este período representa um período de estabilidade, com valores pouco abaixo de 16. O Santander se mostrou um “outlier” neste período tendo em vista que manteve valores acima de 24 no período pós-crise, ultrapassando até o índice de 30.

O resultado ruim observado em 2011 reflete a grande oscilação no Citibank e no Safra, além de uma queda muito acentuada na Caixa Econômica Federal, que apresentou valores muito superiores na primeira metade da análise e uma queda acentuada na segunda metade. Imaginando-se estas quedas relacionadas às alavancagens promovidas pelas instituições. Fato que, mesmo assim, não reduziu a média dos dez maiores para valores inferiores ao permitido. Segundo informações do BACEN (2012) a queda foi estimulada pelo aumento da estimativa de ativos líquidos que as instituições necessitariam em situações de estresse. Mostrando que a queda gradual observada se diferencia da ocorrida em 2008 por apresentar um aumento de volatilidade dos parâmetros muito inferior ao registrado no período da crise.

Um fato interessante de ser observado é que todos os bancos estão inseridos na determinação de manter seus índices acima de 11%, e ainda mais, conforme determinações do Acordo de Basileia II, muitos deles mantêm o índice bem acima o que significa uma manutenção de capitais superior aos mínimos requeridos para garantir seus riscos.

Outro ponto relevante é quando se busca pela determinação dos pontos de máximo e de mínimo para cada instituição. As informações destes pontos encontram-se organizadas na

Tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Interstício entre os pontos máximos e mínimos

Instituições	Ponto Máximo	Ponto Mínimo
Itaú	4T07	3T08
Banco do Brasil	1T06	2T08
Bradesco	1T06	2T08
Santander	3T09	1T06
CEF	2T07	3T09
HSBC	4T06	3T08
Votorantim	1T06	3T09
Safra	1T09	2T08
Citibank	3T08	1T06
Banrisul	3T07	3T08

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

O conjunto formado pelos pontos máximos é bastante disperso, com uma concentração de 30% das instituições apresentando o valor máximo do índice de Basileia no início da pesquisa no primeiro trimestre de 2006.

Por outro lado os pontos mínimos formam um conjunto bastante homogêneo, 30% das instituições apresentaram os piores índices no segundo trimestre de 2008, 20% apresentaram os piores resultados no terceiro trimestre de 2008, e os 40% restante apresentaram seus resultados ou no início ou no final dos vinte e quatro trimestres, exceto pelo Votorantim que teve o pior resultado no terceiro trimestre de 2009.

Ainda é importante salientar que destes 40%, dois bancos (Santander e Citibank) que haviam apresentando seu ponto mínimo no início do período analisado, apresentaram o segundo pior resultado justamente no primeiro trimestre de 2008. O que mostra uma grande concentração dos piores resultados do índice de Basileia no período compreendido entre janeiro e setembro de 2008. Tal fator pode ser facilmente percebido quando é traçado um gráfico abrangendo as médias trimestrais dos índices envolvendo todos os resultados para os dez maiores bancos, conforme Gráfico 5.

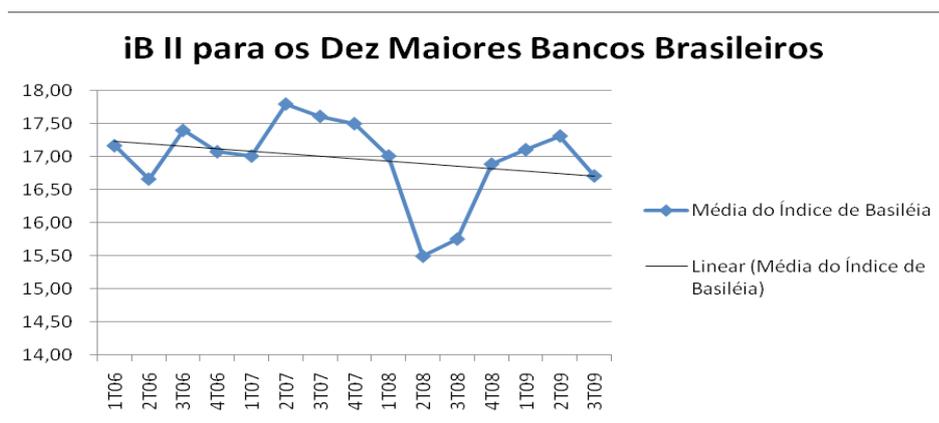


Gráfico 5: Médias Trimestrais do Índice de Basileia II

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

Fica bastante claro que o índice de Basileia observado nestes vinte e quatro trimestres apresentou uma leve tendência de queda, contudo nada muito abrupto que possa representar um movimento de redução. Tendo iniciado com um valor médio para as dez instituições em 17,71

e encerrado o período 1 ponto percentual abaixo em 16,71.

Outro aspecto relevante percebido no Gráfico 5 é uma queda gradual no período pós-crise, até atingir resultados semelhantes aos observados no período da crise no último semestre de 2011.

Contudo o Gráfico 5 mostra com grande clareza o que foi observado anteriormente na concentração dos pontos mínimos, o período compreendido entre Janeiro e Setembro de 2008, pode ser tido como aquele em que os bancos em geral tiveram maiores dificuldades em manter altos níveis de Patrimônio de Referência ou mesmo que apresentaram maiores riscos atribuídos a seus Ativos Ponderados.

4.2 Impacto das principais carteiras de operações de créditos e de depósitos das Instituições Financeiras Brasileiras

Inicialmente, a grande imunidade das instituições nacionais diante dos primeiros impactos da crise, e mesmo com o fechamento de inúmeros bancos ainda se mantiveram com um bom nível de solvência está diretamente ligada à não contaminação das mesmas com os créditos subprime. Indubitavelmente, foi o grande pivô da recente crise, e acabou contaminando bancos americanos e europeus. Sendo assim, como não vieram para a América Latina, os bancos brasileiros não passaram por problemas com ativos deteriorados.

Os bancos nacionais também têm demandas por crédito externo, o agravamento da crise fora do país também pode dificultar este tipo de operação, já que a crise provocou grandes variações nas características de operação de créditos. A Tabela 5 apresenta os créditos concedidos para as pessoas jurídicas e pessoas físicas.

Tabela 5: Volume das Operações de Créditos

Ano	Pessoa Jurídica (%)	Pessoa Física (%)	Total (%)	Pessoa Jurídica (R\$ milhões)	Pessoa Física (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)
2006	53	47	100	217.631	191.837	409.468
2007	54	46	100	283.481	240.246	523.727
2008	59	41	100	391.510	277.577	669.087
2009	55	45	100	397.771	323.782	721.552
2010	53	47	100	462.732	417.347	880.079
2011	52	48	100	462.036	428.098	890.133

Fonte: BACEN, 2012

De acordo com a Tabela 5 observa-se que o fornecimento de créditos no sistema financeiro nacional ao longo do período pesquisado manteve-se praticamente inalterado em relação ao total, permanecendo em 55% para as pessoas jurídicas e 45% para as pessoas físicas.

Ainda, conforme Tabela 5 observa-se aumento de concessão de créditos tanto para pessoa jurídica quanto para pessoa física ao longo do período. Entretanto ao se analisar as variações constata-se uma redução na variação das carteiras de créditos projetando um crescimento de 3,00% durante a crise e uma retração de 0,02% depois da crise. A Tabela 6 apresenta o

percentual de impacto das operações de créditos por pessoa jurídica.

Tabela 6: Percentual de Impacto na Crise Financeira nas Operações de Créditos – Pessoa Jurídica

Ano	Capital de Giro	Conta-Garantida	Aq. Bens	Vendor	Hot-Money	Desc. Duplicata	Desc. Promissória	Financ. Imobiliário	ACC	Export. Notes	Res. 63	Outros
2006	31,16	15,10	6,20	4,77	0,16	5,52	0,07	0,34	11,58	0,00	8,75	16,35
2007	34,37	13,81	6,33	3,87	0,24	4,85	0,05	0,40	10,88	-	8,78	16,43
2008	43,44	12,14	4,06	2,59	0,20	3,98	0,04	0,45	11,05	-	7,29	14,76
2009	54,43	11,30	3,85	2,33	0,15	4,25	0,04	0,57	7,56	-	3,01	12,51
2010	57,50	11,54	4,06	2,03	0,15	3,87	0,05	0,80	6,34	-	1,68	11,99
2011	57,66	11,86	4,12	1,85	0,14	3,48	0,05	0,83	6,77	-	1,64	11,61

Fonte: BACEN, 2012

No tocante às pessoas jurídicas, conforme Tabela 6, observa-se uma alteração no perfil das características das operações ocorrendo uma redução dos Contratos de Conta Garantida de 15,10% para 11,86%. Salienta-se que a maior relevância observada ocorreu nas contratações de capital de giro das empresas mensurando um crescimento ao longo do período de 26,50%. A Tabela 7 apresenta o percentual de impacto das operações de créditos por pessoa física.

Tabela 7: Percentual de Impacto na Crise Financeira nas Operações de Créditos – Pessoa Física

Ano	Cheque Especial	Crédito Pessoal	Financ. Imobiliário	Aq. Bens - Veículos	Aq. Bens - Outros	Aq. Bens - Total	Outros
2006	6,13	41,65	6,99	0,63	33,09	5,62	5,89
2007	5,40	42,01	7,14	0,94	33,92	5,19	5,40
2008	5,78	47,92	7,96	1,28	29,70	4,18	3,18
2009	4,88	50,75	7,93	1,39	29,07	2,92	3,06
2010	3,90	49,09	6,99	1,76	33,63	2,48	2,15
2011	4,26	48,90	7,11	1,8	33,38	2,45	2,10

Fonte: BACEN, 2012.

Com base na Tabela 7, em relação às operações de créditos concedidas para as pessoas físicas, observa-se uma retração nas operações de cheque especial e aquisições de bens da linha marrom (móveis). Constatou-se um aumento relevante nas contratações de crédito pessoal, ressalta-se que esta operação tem como característica redução do prazo, aumento da taxa de juros e garantia fidejussória. Tal formatação de operações molda-se numa blindagem operacional ocasionando a redução do ticket médio das operações e mantendo a renda das operações elevada.

De acordo com o BACEN (2012) em análise às instituições financeiras consoantes da pesquisa, observa-se que em relação às operações de créditos ocorreu uma variação positiva

na ordem de 1,68 no período de 2008-2009 e de 1,81 no período de 2010-2011, ambos em tendo como referência o período de 2006-2007. Assim, as instituições financeiras que mais alavancaram as carteiras de créditos, no período analisado, foram (Caixa Econômica Federal 2,42) e (Itaú 2,40). As que alavancaram menos foram (HSBC 1,29) e (Banco Safra 1,04).

Conforme BACEN (2012), no âmbito geral das instituições financeiras, para compensação das alterações nas carteiras de crédito, o sistema financeiro nacional realizou um acréscimo nos juros da carteira de conta garantida (pessoa jurídica) de 70,50% a.a. e na carteira de cheque especial (pessoa física) 32,39% a.a., justamente nas carteiras onde ocorreu aumento do volume de créditos e consequentemente redução do prazo da operação, projetando assim, aumento nas receitas de operações de créditos.

A Tabela 8 apresenta a posição das carteiras de captações de recursos segregadas por prazo de vencimento das operações.

Tabela 8: Impacto na Crise Financeira nas Carteiras de Captações de Recursos segregado por prazo de operações - em R\$ milhões

Prazo	2006	2007	2008	2009	2010	2011
0d - 30d	18.759	21.301	22.960	20.082	24.464	15.013
30d - 90d	28.413	29.235	25.337	28.475	40.702	20.577
90d - 180d	30.955	30.184	28.668	40.764	39.688	59.085
180d - 365d	38.829	44.212	88.164	106.356	129.771	134.662
1a - 2a	72.680	61.307	133.444	147.396	172.194	212.650
2a - 3a	45.591	55.624	125.797	103.737	123.163	73.772
3a - 4a	16.084	21.752	44.000	62.288	48.071	88.323
4a - 5a	26.597	47.956	93.473	67.578	83.400	146.990
5a - 10a	9.699	12.530	29.720	29.696	19.714	10.503
10a - 30a	1.516	536	1.339	1.371	878	3.843
Total	289.125	324.636	592.901	607.745	682.044	765.418

Fonte: BACEN, 2012

A Tabela 8 mostra que o volume de captação no período que antecede a crise mantém-se no interstício de 1 ano até 3 anos, com leve tendência para redução do prazo. No período da crise manteve-se entre de 180 dias até 3 anos, porém com tendência de redução de prazo. Já no período depois da crise manteve-se entre 1 ano até 5 anos, com tendência de aumento do prazo.

Assim, em relação ao volume de captação, projetou-se aumento crescente ao longo do período analisado, o que demonstra uma confiança e credibilidade no mercado financeiro nacional e nas normatizações interpostas pelo governo federal.

De acordo com o BACEN (2012) ainda em análise às instituições financeiras objeto da pesquisa, verifica-se que em relação aos depósitos ocorreu uma variação na ordem de 1,25 em relação ao período de 2008-2009 e de 1,45 em relação ao período de 2010-2011, ambos em tendo como referência o período de 2006-2007. Assim, as instituições financeiras que mais alavancaram as carteiras de créditos, no período analisado, foram (Banco Bradesco 1,87) e (Banco do Brasil 1,55) e (Banco Santander 2,25). As que alavancaram menos foram (Itaú 1,27) e (Banco Votorantim 0,82).

Conforme BACEN (2012) ressalta-se que os maiores volumes de recursos depositados foram realizados por meio dos Bancos Múltiplos (98,5% com ticket médio de 833 dias), seguido dos Bancos de Investimentos (0,8% com ticket médio de 471 dias), Bancos Comerciais (0,5% com ticket médio de 460 dias) e Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (0,2%

com ticket médio de 771 dias).

Outro fator a relatar é a característica dos depósitos sendo o emitido sem cláusula de resgate antecipado variando entre 69% à 83% ao longo do período analisado e com cláusula de resgate antecipado variando entre 31% à 17%), o que aponta, por parte dos depositantes, uma larga vantagem em relação à segurança dos depósitos e à mitigação do risco de liquidez.

A Tabela 9 apresenta um comparativo entre as taxas de operações de créditos, taxas de captação de recursos e o spread Bruto.

Tabela 9: Tabela comparativa entre taxas de Operações de Créditos e Taxas de Captação de Recursos - em R\$ milhões

Ano	Tx. Aplic. Geral	Tx. Aplic. Pessoa Jurídica	Tx. Aplic. Pessoa Física	Tx. Captação Geral	Tx. Captação Pessoa Jurídica	Trx. Captação Pessoa Física	Spread - Geral	Spread Pessoa Jurídica	Spread - Pessoa Física
2006	39,82	26,23	52,13	12,61	12,72	12,50	27,21	13,51	39,63
2007	33,83	22,88	43,94	11,49	10,99	12,02	22,34	11,89	31,92
2008	43,39	30,62	57,87	12,57	12,31	12,90	30,82	18,31	44,97
2009	34,35	25,51	42,77	9,92	9,01	11,02	24,43	16,50	31,75
2010	35,04	27,88	40,62	11,47	10,85	12,14	23,57	17,03	28,48
2011	37,05	27,88	43,75	10,18	10,28	10,07	26,87	17,95	33,68

Fonte: BACEN, 2012.

Ao verificar a Tabela 9, o contexto comparativo entre as taxas de operações de créditos e às taxas de captações observa-se um Spread no início do período que antecede a crise no percentual de 27,21%, que aumentou no período da crise [30,82% - 24,43%] e que manteve tendência de queda no período depois da crise, com leve ascensão no final do período analisado [23,57% - 26,8%]. Tais características operacionais foram provocadas pelo aumento do Spread das pessoas jurídicas e o redução do Spread das pessoas físicas, em detrimento às características de reforço das garantias reais e diminuição da inadimplência, inerentes a esses tipos de operações para pessoas jurídicas.

Assim, demonstra mais vez a consolidação do sistema de crédito brasileiro com relação ao impacto da crise financeira provocada pelos créditos subprime.

Em meio a todos estes fatores é possível dizer que diante da estabilidade encontrada no mercado nacional, observada pelos níveis do índice de Basiléia das dez maiores instituições que operam no Brasil, estas sofreram pequenos impactos com o agravamento da crise. Neste sentido, afirmam GOTTSCALK e SODRÉ (2006) cada uma das mudanças promovidas pelo acordo resultaram no aumento da solidez do sistema financeiro, inclusive aquelas que afetaram mais diretamente alterações em sua estrutura gerencial.

Neste sentido, pode-se afirmar que existiram impactos, tanto para os Bancos no Brasil, quanto para seus respectivos índices de Basiléia. Da mesma forma que diversos outros impactos foram percebidos, alguns já solucionados, outros com soluções encaminhadas, nos mais diversos setores da economia nacional. Assim sendo, os reflexos da crise para a amostra dos maiores bancos nacionais, percebidos em seu índice de Basiléia foi condicionada a um período de adequação e adaptação às novas exigências regulatórias nacionais, bem como as

configurações que o sistema financeiro internacional sujeitou seus componentes.

Desta forma, a prevenção de riscos envolve uma postura muito mais envolvida na análise das inovações do mercado que uma defensiva contra os problemas e dificuldades já vivenciadas. É como se o sistema financeiro mundial, depois de afetado, criasse uma imunidade contra os agentes que já o afetaram. Imunidade resultante da preocupação observada após estes momentos de dificuldade, contudo se proteger contra o passado não garantirá um futuro promissor.

Desta forma, a prevenção de riscos envolve uma postura muito mais envolvida na análise das inovações do mercado que uma defensiva contra os problemas e dificuldades já vivenciadas. É como se o sistema financeiro mundial, depois de afetado, criasse uma imunidade contra os agentes que já o afetaram. Imunidade resultante da preocupação observada após estes momentos de dificuldade, contudo se proteger contra o passado não garantirá um futuro promissor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande interesse neste trabalho foi avaliar efeitos da crise no índice de Basileia publicado das instituições financeiras bancárias brasileiras, de forma que se pudesse avaliar o grau e o período de impacto da crise. Na busca por tal informação foi definida uma amostra composta pelos dez maiores bancos atuantes no Brasil, e destes os três maiores tiveram suas notas explicativas analisadas em busca de informações mais específicas que pudessem revelar além da simples variação do índice, quais as causas desta variação e ainda quais os grupos do plano de contas teriam tido maior interferência nesta mudança.

Foi possível perceber um aspecto de transição na postura da supervisão bancária sugerida pelo Comitê da Basileia, quando se trata de uma mudança de processo tutorial, observado no primeiro acordo, para um grande incentivo à Auto-Regulação. Também é importante evidenciar um fomento a uma postura diferenciada por parte das instituições financeiras no que trata sobre a disciplina de mercado, ao qual devem tomar atitudes voltadas para a evidenciação e proteção de seus investidores.

Pesquisou-se a metodologia de cálculo do Índice de Basileia, bem como os fatores componentes do Patrimônio de Referência, e as metodologias para formação dos riscos que compõe o Patrimônio Líquido Exigido. Desta forma, o entendimento dos fatores que poderiam influenciar os resultados tornou-se mais claro. Percebeu-se uma concentração dos pontos mínimos do Índice de Basileia coincidente com o momento de maior pânico e incerteza, entre o início e o terceiro trimestre de 2008. Justamente o momento que o Banco Central do Brasil tomou um maior número de medidas para refrear os potenciais danos da crise que se apresentavam em outros países.

Por se tratar de uma crise sistêmica, o governo atuou corretamente, definindo diversas medidas em diferentes áreas, tais como: redução dos impostos para não interromper o consumo, e favorecendo algumas instituições menores para que se evitassem complicações de crédito no Sistema Financeiro Nacional. Reduzindo suas exigências de compulsórios, favoreceu também as grandes instituições, que acabaram se alinhando à conjuntura que se apresentava, e terminaram apresentando resultados satisfatórios, no que tange ao Índice de Basileia. Percebeu-se uma grande influência do Risco de Crédito na composição dos Riscos das Instituições Financeiras Nacionais. Risco este intensificado após o impacto da crise, fato justificável diante da dificuldade na obtenção de crédito externo.

Os impactos percebidos pelas instituições nacionais podem ser considerados pequenos graças ao não envolvimento com os títulos subprime, que acabaram corroendo o patrimônio de bancos estrangeiros e até mesmo decretando o encerramento da atividade de muitos deles. Portanto, considerações sobre o término da Crise Financeira são bastante imprecisas, dado o grande número de setores que a mesma atingiu. Contudo, as maiores instituições financeiras nacionais, apresentaram um fortalecimento em seus Patrimônios Líquidos, até como forma de proteção de sua estabilidade no mercado. Aspecto esse que reduziu os impactos durante o período de maior incerteza e permitiu um crescimento dos índices de Basileia após o terceiro trimestre de 2008 para a grande maioria das instituições analisadas.

As principais causas práticas das variações nas posições patrimoniais das instituições financeiras ocasionaram alterações nas características de suas carteiras de operações de créditos com pessoas jurídicas na modalidade de capital de giro e com pessoas físicas na modalidade de crédito pessoal, ambas, tendo redução dos prazos operacionais, aumento da taxa de juros e aumento das garantias fidejussórias. No âmbito das operações de depósitos verificou-se retração dos prazos das operações no período durante a crise e aumento gradual após a crise, porém, aumento da emissão dos títulos com cláusula de resgate antecipado, o que promove maior credibilidade, confiança, segurança e liquidez por parte dos credores.

Após as observações desenvolvidas neste trabalho algumas possibilidades para continuidade ou aprofundamentos diferenciados poderão ser executadas para obtenção de conclusões diferenciadas e/ou complementares. A realização de pesquisa semelhante utilizando de dados de instituições financeiras bancárias dos Estados Unidos, ou mesmo de países europeus que tenha apresentado danos mais claros em consequência da crise do subprime.

Outra alternativa seria a continuidade da observação dos dados das instituições brasileiras, para uma conclusão mais precisa sobre o término ou não da crise, sendo que como os impactos para os bancos foi minimizado diante das alternativas adotadas para tal, um acompanhamento estendido poderá trazer maior certeza a esta questão. Neste mesmo contexto os dados obtidos nesta pesquisa poderiam ser comparados com os de outros países ou norte americanos, europeus, ou até mesmo avaliando impactos em outros países na América do Sul. Assim seria possível relacionar além da análise dos resultados do índice de Basileia, quais as medidas citadas no Acordo que foram implementadas e quais foram rejeitadas, criando um paralelo entre os resultados e as normas adotadas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 8. ed. São Paulo:Atlas, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resoluções do Conselho Monetário Nacional**, circulares e regulamentação acessória emitidas pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>> Acesso em 15 de abril de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Relatório de Estabilidade Financeira: Março 2012. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2012_03/ref_C2P.pdf> Acesso em 11 de dezembro de 2012.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (BCBS). **Core Principles for Effective Banking Supervision**. Basileia, Suíça: Bank for International Settlements, 1997.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (BCBS). **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework**. Basileia, Suíça: Bank for International Settlements, 2004.

BERTUCCI, Luiz Alberto; AMARAL, Hudson Fernandes; SOUZA, Flávio Henrique Ribeiro de. **O impacto do acordo da Basileia sobre Instituições Financeiras Brasileiras**. RAE revista de administração de empresas. v. 44, Edição Especial, 2004 Seção: FINANÇAS. Disponível em: < www.rae.br/artigos/2150.pdf > Acessado em 15 de abril de 2009.

BUITTER, Willem H. **Lessons from the North Atlantic financial crisis**. Artigo apresentado no Congresso The Role of Money Markets em 28 de Maio de 2008. Disponível em <<http://www.nber.org/~wbuiter/NAcrisis.pdf>> Acessado em 16 de Abril de 2009.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Inovação Financeira e Regulação Prudencial: da Regulação de Liquidez aos Acordos da Basileia**. In: Rogério Sobreira (Org.). Regulação Financeira e Bancária. Editora Atlas, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/inovacao_financeira_e_regulacao.pdf> Acessado em 15 de abril de 2009.

FREITAS, Maria Cristina Penido de; PRATES, Daniela Magalhães. **Sistema Financeiro e Desenvolvimento as restrições das novas regras do Comitê da Basileia sobre os países periféricos**. In: João Carlos Ferraz; Marco Crocco; Luiz Antonio Elias. (Org.). Liberalização econômica e desenvolvimento. São Paulo: Editora Futura, 2003, v., p. 234-261. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/11.pdf> > Acessado em 15 de abril de 2009.

FURTADO, Ana Lílian de Menezes. **Acordo da Basileia: Um estudo sobre as suas influencias e implementação no Sistema Financeiro Brasileiro**. Monografia. Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis, 2005.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**, 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GORZIZA, Andresa Petry. **Um estudo sobre a implantação do Novo Acordo de Basileia e seus efeitos no Banco do Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

GOTTSCALK, Ricardo; SODRÉ, Maria Cecília. **Novo acordo da Basileia no Brasil: impactos sobre os bancos públicos e privados**. Boletim Economia Unicamp – Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais – CERI. Nº 8. Jan/Jun 2006 Disponível em: < http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim8/07_GOTTSCALK.pdf > Acessado em 15 de abril de 2009.

JÚNIOR, Gilberto Rodrigues Borça; FILHO, Ernani Teixeira Torres. **Analisando a Crise do Subprime**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V.15, N. 30, Dezembro de 2008. P 129-159.

KASHYAP, Anil K.; RAJAN, Raghuram G.; STEIN, Jeremy C. **Rethinking Capital Regulation**. Artigo apresentado no Simpósio “Maintaining Stability in a Changing Financial System”, Jackson Hole, Wyoming, Agosto 21-23, 2008. Disponível em <<http://www.kc.frb.org/publicat/sympos/2008/KashyapRajanStein.08.08.08.pdf>> Acessado em 16 de abril de 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade de Instituições Financeiras** / Amaro L. Oliveira Gomes, Jorge Katsumi Niyama. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ONO, Fabio Hideki. **O Acordo de Basiléia, a Adequação de Capital e A Implementação no Sistema Bancário Brasileiro.** Monografia. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002.

PEREIRA, José Matias. **Os reflexos do acordo de Basiléia II no sistema financeiro mundial.** Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis, set. 2006. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/123456789/1010/1/ARTIGO_ReflexoAcordoBasileia.pdf>. Acesso em: 15 Abril 2009.

TAVARES, Rosana. **A Evidenciação do Risco de Crédito e das Medidas de Alocação de Capital pelas Instituições Financeiras no Brasil.** 4º Congresso USP Contabilidade e Controladoria 07 e 08 10 de 2004. Disponível em: < www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/142.pdf> Acesso em: 15 de Abril de 2009.

DADOS DOS AUTORES:

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA FRANCISCO

Universidade Federal de São João Del-Rei, Conselho Acadêmico, Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis.

Avenida Visconde do Rio Preto S/Nº - Sala 2.12 - Campus CTan - Colônia do Bengo

36301-360 - São João Del Rei, MG - Brasil

MÁRIO SÉRGIO DE ALMEIDA

Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia.

Campus Universitário

37200-000 - Lavras, MG – Brasil

HUDSON FERNANDES AMARAL

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas.

Av. Antônio Carlos, 6627 - Prédio FACE - Bloco 01 - 4 andar - Sala 4030 - Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte, MG - Brasil

LUIZ ALBERTO BERTUCCI

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas.

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha

30270-901 - Belo Horizonte, MG - Brasil